

Vítor Cruz (Vampiro)

AMOSTRA GRÁTIS

***Fecha Prova
Relâmpago***



***INSS 2022 - Direito
constitucional***

**A maior nota,
o mínimo de estudo!**
Aprenda o D. Constitucional
na Visão do



Ed. do material: **1**



"Coleção Visão das Bancas"

Especialmente criada para você gabaritar os concursos mais rápido que seus concorrentes.

Esta é uma seleção especial das **387 melhores assertivas** extraídas de provas CESPE/CEBRASPE em sua história de concursos públicos, separadas por assunto e dispostas em ordem lógica para construção de conhecimento, e ainda com:

- Uso de técnicas de superaprendizagem na formatação;
- Comentários cirúrgicos;
- Esquemas;
- Macetes exclusivos do Prof. Vítor Cruz (Vampiro).
- **BÔNUS INACREDITÁVEL:** Um resumo inédito dos temas de Direito Constitucional escrito com os termos usados pelo CESPE em seus concursos.

NÃO ESTUDE POR MATERIAL DESATUALIZADO

A única forma de garantir que este material está 100% atualizado é baixá-lo diretamente do site www.nota11.com.br e conferir se a edição da aula que você está utilizando é a edição atual que está no site.

Comprar material pirata e desatualizado pode lhe custar muito caro na prova!

NÃO SE TORNE UM CRIMINOSO

Este material é de propriedade exclusiva do site Nota11 Concursos e de seus autores. Compartilhá-lo de forma onerosa ou gratuita, total ou parcialmente, sem autorização expressa é crime cuja punição pode chegar a 4 anos de reclusão mais multa segundo o art. 184 do Código Penal c/c a lei 9.610/98.

Sei que as palavras são duras, porém, lembre-se disso antes de compartilhar esse material: ao fazê-lo você estará se tornando um criminoso.

Sumário do Material Completo

QUEM SOU EU?

ISSO NÃO É UM “MATERIAL DE QUESTÕES”!

COMO USAR ESSE MATERIAL

PARTE I: LISTA DE ASSERTIVAS EM MODO CERTO / ERRADO (MARQUE CERTO OU ERRADO AO LADO DE CADA ASSERTIVA!)

CAPÍTULO 1 - TEORIA GERAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS:

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS:

CAPÍTULO 3 - TEORIA GERAL SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS:

CAPÍTULO 4 - DIREITOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS:

CAPÍTULO 5 - DIREITOS DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO 6 -DIREITOS POLÍTICOS:

CAPÍTULO 7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 8 - SERVIDORES PÚBLICOS:

CAPÍTULO 9 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

PARTE II: GABARITO

CAPÍTULO 1 - TEORIA GERAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CAPÍTULO 3 - TEORIA GERAL SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS

CAPÍTULO 4 - DIREITOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS

CAPÍTULO 5 - DIREITOS DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO 6 -DIREITOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 8 - SERVIDORES PÚBLICOS

CAPÍTULO 9 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

PARTE III: ASSERTIVAS COMENTADAS

CAPÍTULO 1 - TEORIA GERAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CAPÍTULO 3 - TEORIA GERAL SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS

CAPÍTULO 4 - DIREITOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS

CAPÍTULO 5 - DIREITOS DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO 6 -DIREITOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 8 - SERVIDORES PÚBLICOS

CAPÍTULO 9 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

PARTE IV: RESUMÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL NAS PALAVRAS DO CESPE.

CAPÍTULO 1 - TEORIA GERAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CAPÍTULO 3 - TEORIA GERAL SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS

CAPÍTULO 4 - DIREITOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS

CAPÍTULO 5 - DIREITOS DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO 6 - DIREITOS POLÍTICOS:

CAPÍTULO 7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 8 - SERVIDORES PÚBLICOS:

CAPÍTULO 9 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

Quem sou eu?

Olá Concurseiro Nota11 e Futuro Servidor. Tudo certo?

É um prazer imenso poder bater papo com você pelas próximas páginas.

Caso você ainda não me conheça, aqui vai uma breve apresentação. Eu sou o **Prof. Vítor Cruz**, também conhecido no mundo dos concursos como **Vampiro**. Então, se você ouvir falar por aí em "Resumão do Vampiro", "Constituição do Vampiro"... Já sabe, né? ;)

Já são mais de 10 anos que eu trabalho ensinando (e é claro, também aprendendo muito) a disciplina mais legal dos concursos públicos: o Direito Constitucional. Se você não acha isso, tentarei mudar sua opinião!

Eu tenho 3 missões bem claras nesse mundo dos concursos:

- 1- A primeira é lhe mostrar que o direito constitucional, mesmo os seus temas mais complexos, é ridiculamente fácil. Para isso, vou lhe ajudar a quebrar qualquer barreira no aprendizado;
- 2- A minha segunda missão é fazer com que você tire a nota 10 em Constitucional na prova, e por esse motivo vou lhe capacitar **para buscar o 11**;
- 3- A terceira missão é lhe convencer que você não só pode, como certamente será aprovado em qualquer concurso que deseje, basta ficar firme aqui comigo, sem fazer corpo mole.



Estamos juntos?

Primeiro, deixa eu te contar um pouquinho de mim, para estreitar a amizade... Eu me casei com o Direito Constitucional há mais de 10 anos, em 2008, quando comecei a escrever meu primeiro livro. Sou servidor público federal desde 2000, sendo que já trabalhei como Militar e nos Poderes Executivo e Judiciário.

Sou ex-Oficial da Marinha do Brasil, graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval e tenho pós-graduação em Direito Constitucional, e também em Neurociências e Comportamento.

Sim, antes que você me pergunte, vou utilizar meu conhecimento de Neurociências para ajudar na sua aprovação.

Sou também criador e diretor do Nota11 Concursos, fundado em 2012 e também atuo como escritor e palestrante nas áreas de concursos públicos, aprendizagem, liderança, gestão de pessoas, comunicação e produtividade.

Entre os 10 livros que eu escrevi, destaca-se a **"Constituição Federal Anotada para Concursos"** publicada pela Editora Ferreira, que persistiu firme pela crise editorial e já está indo para sua 13ª edição, além também da coordenação de dezenas de livros pela Editora Método, em especial a coleção 1001 questões comentadas, onde fui autor de 5 obras.

Isso não é um “material de questões”!

Isso mesmo... Esse não é (simplesmente) um material de questões comentadas. Essa é a coleção Visão das Bancas. O que é muito, mas muito melhor. Quer saber por quê?

Diferentemente de um apanhado de questões, ainda que separados por tema, a Coleção Visão das Bancas propõe que você APRENDA a disciplina por meio das questões cobradas por determinada examinadora.

Para isso, seguimos os seguintes passos:

- 1- Procuramos as melhores questões de uma banca examinadora ao longo de toda a sua história nos concursos públicos.
- 2- Transformamos as questões oficiais em assertivas.
- 3- Organizamos as assertivas para que fiquem em uma ordem rigorosamente lógica, de forma que você possa ir aprendendo o assunto por meio das questões.
- 4- Comentamos todas as questões tentando mesclar a objetividade necessária com conhecimentos e macetes essenciais para você DESTRUIR na prova.

E aí? É ou não é a evolução que você precisava nos seus estudos?

Como usar esse material

Este material tem potentes armas de aprendizagem nos seus "bastidores", que você poderá verificar ao longo do estudo.

Mas, basicamente, eu estruturei o conteúdo da seguinte forma:

- 1- **PARTE I** –Primeiramente, eu apresentarei a você as assertivas secas, sem nenhum elemento de distração, para que você possa marcar "certo" ou "errado" e, assim, deixar que seu cérebro entre em um "modo atenção total".
- 2- **PARTE II** –Segundo, eu indicarei o gabarito, de forma que você verifique o quão afiado você está.
- 3- **PARTE III** –Terceiro, eu irei apresentar novamente as assertivas, com a indicação da fonte da prova de que foi retirada, seguida dos comentários, de forma que possa se tornar um verdadeiro "livro de teoria" na visão da banca.

Nessa fase, apresentarei as peculiaridades da banca, fundamentos, dicas, macetes e esquemas.

Dicas para potencializar o estudo deste material:

- a) **Se você já tem certa bagagem**, comece o estudo testando seus conhecimentos, marcando certo ou errado em cada uma das assertivas (Parte I), depois confira o gabarito (Parte II) e depois os comentários (Parte III) daquelas questões que você errou ou acertou com insegurança.
- b) **Se você é iniciante**, talvez seja melhor ir direto para a parte III e estudar as assertivas seguidas de comentários como se fosse um livro de teoria, dessa forma você aprenderá a disciplina na visão da banca.
- c) **Se você já estudou esse material inteiro**, sugiro uma coisa muito legal. Em uma segunda ou terceira rodada de estudo, estude as questões aleatoriamente, ou então, pulando de 10 em 10, 20 em 20, 100 em 100, pois dessa forma, você irá rodar todos os assuntos e se manter sempre atualizado e com o conhecimento permanente na sua cabeça.

PARTE I: Lista de assertivas em modo certo / errado (Marque certo ou errado ao lado de cada assertiva!)

Capítulo 8 - Servidores Públicos:

- 1.** Atualmente, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- 2.** De acordo com a CF, na fixação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, deve-se observar a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- 3.** A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- 4.** O servidor público tem direito ao recebimento de remuneração pelo trabalho noturno em valor superior ao do diurno.
- 5.** Em razão do princípio da isonomia, é incabível, no serviço público, a aplicação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.
- 6.** O servidor público tem direito ao recebimento do décimo terceiro salário com o acréscimo de um terço à remuneração normal.
- 7.** Os secretários estaduais e municipais são remunerados por subsídios acrescidos de gratificação pessoal.
- 8.** Durante todo o tempo em que durar o trabalho no serviço público, o órgão responsável pelos pagamentos deverá efetuar o recolhimento de FGTS do servidor.
- 9.** Segundo a CF, os ocupantes de cargo público não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- 10.** Os estados, o DF e os municípios têm competência para disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

PARTE II: Gabarito

Capítulo 8 - Servidores Públicos:

- | | | |
|--------------------|-------------------|---------------------|
| 1. Correto. | 5. Errado. | 9. Errado. |
| 2. Correto | 6. Errado. | 10. Correto. |
| 3. Correto. | 7. Errado. | |
| 4. Correto. | 8. Errado. | |

PARTE III: Assertivas comentadas

Capítulo 8 - Servidores Públicos:

1. (CESPE/Auditor-TCU/2009) Atualmente, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Comentários:

Devido a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a redação do *caput* do art. 39 da CF, dada pela EC 19/98, está cautelarmente suspensa. Ela extinguiu o Regime Jurídico Único na Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Desta forma, volta a vigorar a disposição relativa ao regime jurídico único.

Gabarito: Correto.

2. (CESPE/AJAA- TRE-PE/2017) De acordo com a CF, na fixação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, deve-se observar a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

Comentários:

Está de acordo com os termos do art. 39, §1º, I, confira:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

Gabarito: Correto

3. (CESPE/ANAC/2009) A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

Comentários:

Trata-se da literalidade do disposto no art. 39 §2º da Constituição Federal.

Gabarito: Correto.

4. (CESPE/Auditor - TCE-PB/2018) O servidor público tem direito ao recebimento de remuneração pelo trabalho noturno em valor superior ao do diurno.

Comentários:

A questão explora a combinação entre os artigos 39 §3º com o art. 7º. Lembrar do macete, segundo o qual o servidor público:

1- Tem "estabilidade" - Não precisa então de: proteção ao emprego, seguro desemprego, FGTS, proteção contra automação e aviso prévio.

2- Trabalha para o Governo - Não há o que se falar em: participação nos lucros, reconhecimento de acordo coletivo e convenção (precisa é de lei), proteção contra a retenção dolosa do salário (governo não vai dolosamente segurar salário de ninguém, pelo menos em teoria).

Os direitos mais básicos, relativos à dignidade da pessoa humana são sempre assegurados: Salário Mínimo, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, Licença a gestante e licença paternidade.

Na hora da questão procure então ver o seguinte:

1- Há algum direito básico, referente à dignidade da pessoa humana: se tiver, ele será assegurado ao servidor.

2- Pense no dia-a-dia, lembre-se das circunstâncias apresentadas acima, que diferenciam os servidores dos demais trabalhadores.

Vejam os:

Adicional noturno é algo inerente à dignidade da pessoa humana, certo? trabalhar em situação mais penosa (noturna) faz ter direito a adicional.

Gabarito: Correto.

5. (CESPE/Auditor - TCE-PB/2018) Em razão do princípio da isonomia, é incabível, no serviço público, a aplicação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.

Comentários:

Errado. A mulher historicamente é desprestigiada no mercado de trabalho, seja privado ou público, logo, a Constituição permitiu incentivos específicos para as mulheres.

Gabarito: Errado.

6. (CESPE/Auditor - TCE-PB/2018) O servidor público tem direito ao recebimento do décimo terceiro salário com o acréscimo de um terço à remuneração normal.

Comentários:

Errado. As férias é que devem ser remuneradas com 1/3 adicional, não o 13º, que tem por base o valor integral da remuneração.

Gabarito: Errado.

7. (CESPE/Auditor - TCE-PB/2018) Os secretários estaduais e municipais são remunerados por subsídios acrescidos de gratificação pessoal.

Comentários:

Errado. Segundo a CF, a remuneração por subsídio veda qualquer acréscimo.

Gabarito: Errado.

8. (CESPE/Auditor - TCE-PB/2018) Durante todo o tempo em que durar o trabalho no serviço público, o órgão responsável pelos pagamentos deverá efetuar o recolhimento de FGTS do servidor.

Comentários:

Errado. Servidor público não tem direito a FGTS, pois a sua estabilidade faz com que ele "não precise" dessa "garantia".

Gabarito: Errado.

9. (CESPE/TCE-AC/2009) Segundo a CF, os ocupantes de cargo público não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Comentários:

A questão explora a combinação entre os artigos 39 § 3º e 7º, IX da Constituição, conferindo ao servidor público o adicional noturno.

Gabarito: Errado.

10. (CESPE/SEFAZ-AC/2009) Os estados, o DF e os municípios têm competência para disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Comentários:

Isto é depreendido ao observarmos o disposto na Constituição em seu art. 40 §7º, que dispõe que lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Gabarito: Correto.

PARTE IV: Resumão de Direito Constitucional nas palavras do CESPE¹.

¹ Obviamente com algumas adaptações para dar fluidez ou para transformar as assertivas erradas em corretas, promovidas pelo professor Vítor Cruz (vampiro). Além disso, também faço intervenções, geralmente entre parênteses, para que eu possa explicar maiores detalhes ou contextualizar a assertiva.

Capítulo 8 - Servidores Públicos:

Atualmente, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

De acordo com a CF, na fixação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos, deve-se observar a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

O servidor público tem direito ao recebimento de remuneração pelo trabalho noturno em valor superior ao do diurno.

É perfeitamente cabível, no serviço público, a aplicação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.

O servidor público tem direito ao recebimento do décimo terceiro salário, também tem direito ao acréscimo de um terço à remuneração normal por ocasião de suas férias. Mas esses dois benéficos não são vinculados um ao outro.

Os secretários estaduais e municipais serão remunerados por subsídios, estes não podem ser acrescidos de gratificação pessoal (subsídio veda qualquer acréscimo).

Servidor público não tem direito a FGTS.

Os ocupantes de cargo público têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

Os estados, o DF e os municípios têm competência para disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.